

A histeria como materialidade e subversão: uma cartografia do sofrimento gendrado e um convite à inversão conotativa

Hysteria as materiality and subversion: a cartography of gendered suffering and an invitation to connotative inversion

Kamila Caetano Almeida¹

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

kamilacaetanoalmeida@gmail.com

RESUMO: A partir da interlocução entre textos de Michel Foucault, teorias de desconstrução do sujeito que problematizam as teorias clássicas da Psicanálise e a discussão de gênero e performatividade estabelecida por Judith Butler, este ensaio tem por objetivo produzir uma tentativa de cartografia do sofrimento corpóreo e psíquico nomeado por Fibromialgia, síndrome considerada uma histeria contemporânea que predominantemente acomete mulheres na atualidade, de modo a mapear agenciamentos e produções discursivas relativos a um tipo de manifestação que muito tem a dizer sobre as expectativas sociais aplicadas a um determinado tipo de feminilidade. Os processos de subjetivação podem ter sua enunciação inscrita no corpo – seja por processos psíquicos ou de medicalização –, por isso se faz necessário tentar abarcar nesta discussão a inextricável relação entre poder, discurso e materialidade. O texto sugere uma revisão subversiva da expressão *histeria* e seus termos derivados, para, enfim, propor uma nova conotação de uso e sentido ao vocábulo que possa indexicalizar para formações discursivas e subjetividades em devir.

Palavras-chave: Discurso; Fibromialgia; Histeria; Gênero; Performatividade.

ABSTRACT: Based on the interlocution between texts by Michel Foucault, theories of deconstruction of the subject that problematize the classic theories of Psychoanalysis and the discussion of gender and performativity established by Judith Butler, this essay aims to produce an attempt to map the bodily and psychic suffering named by Fibromyalgia, a syndrome considered a contemporary hysteria that predominantly affects women today, in order to map agency and discursive productions related to a type of manifestation that has much to say about the social expectations applied to a certain type of femininity. The processes of subjectivation can have their enunciation inscribed in the body – either through psychic or medicalization processes –, which is why it is necessary to try to encompass in this discussion the inextricable relationship between power, discourse and materiality. The text suggests a subversive revision of the expression hysteria and its derived terms, to finally propose a new connotation of use and meaning to the word that can indexicalize discursive formations and subjectivities in development.

Keywords: Discourse; Fibromyalgia; Hysteria; Gender; Performativity.

¹ Kamila Caetano Almeida é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e revisora de textos no Instituto Federal Catarinense (IFC).

Linhas introdutórias – ou “*Como começar pelo início se as coisas acontecem antes de acontecer?*”²

Este ensaio decorre de um processo de sublimação de uma existência corpórea que dói. Sublimar o sofrimento, contudo, nem sempre foi uma agência possível para as mulheres – e certamente hoje ainda não configura uma possibilidade difusamente acessível. Há jogos de poder/saber que movimentam e produzem discursos. Nesses embates, muito se reprime, mas a muito também se resiste. Estou em lugar hoje, simultaneamente, de muita resistência e de muita repetição. Os já-ditos retornam, embora se atualizem, assim como os sofrimentos e as repressões, que sob novas roupagens se mostram. Quando reconhecidos, podem, em tese, ser recusados e contestados; no entanto, há sempre um esforço discursivo/psíquico/corpóreo para tanto. E não há garantia de que as novas posições estejam isentas de dor.

Isto não é apenas um texto, portanto. Este é um movimento anímico persistente para deslegitimar o presente e desnaturalizar um padecimento específico que se localiza predominantemente nos corpos daquelas que são identificadas como mulheres.

Gostaria de situar este escrito no espaço de debate aberto pelas teorias da desconstrução do sujeito na contemporaneidade (FOUCAULT, 2019; 1988; 2002; DELEUZE; GUATTARI, 1995; BUTLER, 2020; 2021), suas interlocuções com a Psicanálise e com teorizações que têm se pautado em uma visão neomaterialista do discurso (BARAD, 2017; CAMOZZATO, 2022; HARAWAY, 2009; DAVIS, 2009; MEISSNER, 2017).

Em relação aos textos foucaultianos, parece-me produtor pensar a articulação entre poder e saber que se dá no discurso, de modo a se “[...] conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT, 1988, p. 95). Tentarei, portanto, delinear uma abordagem desapegada do discurso cindido entre o discurso dominante e o dominado, de modo a atentar para a multiplicidade de elementos discursivos que podem coexistir, para considerar, enfim, a agentividade dos sujeitos. Ademais, será importante neste percurso o conceito de biopolítica, a partir do qual se pode olhar, por exemplo, para os processos de medicalização e reconhecer, nesses mesmos processos, elementos de agência.

² A alternativa ao título formal é um agenciamento de desejo e uma tomada de posição ética para se colocar animicamente neste escrito. A citação de “A hora da estrela”, de Clarice Lispector, produz uma conexão bastante significativa com o conceito de história que assumo nesta discussão. Além disso, a personagem Macabéa é bastante ilustrativa da problematização da existência feminina aqui proposta.

A partir de Deleuze e Guattari, aproprio-me de conceitos como rizoma e agenciamento com o objetivo de produzir questionamentos acerca das demandas subjetivas de nossos tempos, cuja discursividade pode se dar no corpo – materialidade em relação à qual os fármacos podem ter agência em se tratando do processo de silenciamento dos sofrimentos lidos como patológicos.

De Butler, além da teorização sobre o poder a partir de Foucault (1977), também farei uso de seu conceito de performatividade de gênero, que compreende a instabilidade e artificialidade das identidades, na medida em que estas são constituídas e construídas a partir da repetição das normas sociais por intermédio de atos performativos, distanciando-se, portanto, da determinação fundamentalista da cultura (homem/mulher) ou da natureza (masculino/feminino) (BUTLER, 2021).

Nesta discussão, a teoria psicanalítica, bastante problematizada pelos autores mencionados, tem lugar em razão de sua pertinência para o campo da Análise do Discurso, dada a relevância do inconsciente³ para a área, assim como em virtude de seu tema fundador – a histeria – e suas reverberações. Entendo que a Psicanálise inaugurou um campo de saber não fechado em si mesmo, a partir do qual novas leituras foram e ainda são possíveis e necessárias, na medida em que as demandas de nosso tempo requerem urgentes revisões de noções falocêntricas, hierárquicas e pretensiosamente universais que ainda fundamentam práticas e pesquisas⁴.

Importam-me as considerações sobre a histeria descritas por Sigmund Freud em virtude de duas razões principais: 1) o trabalho freudiano com as mulheres naquele momento promoveu uma abertura social para vozes historicamente silenciadas; e 2) a suposição contemporânea de que os sofrimentos gendrados narrados pelas pacientes de Freud se repetem – embora sejam diferentes – nos nossos tempos, em outras roupagens, atualizados. Mais precisamente, gostaria de situar a discussão em torno de uma síndrome comum entre mulheres na contemporaneidade, lida por muitos autores como uma histeria atual: a Fibromialgia.

No que respeita aos novos materialismos discursivos, entendo necessário posicionar-se a partir de uma concepção de sujeito em que não caiba mais a distinção entre corpo e psiquismo (mente, alma ou outra noção que dê conta dessa dimensão não material), e a uma

³ A partir da Psicanálise, a Análise do Discurso se apropria da compreensão de um sujeito desejante, inconsciente e descentrado.

⁴ Se entendermos a Psicanálise como uma produção discursiva que tentou, em sua origem, dar conta de questões emergentes de seu tempo, seria plausível, pois, a defesa de uma psicanálise contemporânea voltada à escuta dos sujeitos dessa mesma contemporaneidade.

vertente dos estudos do discurso que reconheça discursividade na matéria, considerando-se, nesse caso, a agência do corpo e das coisas sobre os discursos e os sujeitos.

Vida psíquica: agenciamentos e relações de poder

A ética a partir da qual este texto se constrói exige uma posição discursiva em que se esteja ciente de que as categorias *mulher* e *sujeito* são contingentes, de modo que sua construção se faz e refaz a todo tempo. Esse caráter mutável impede, portanto, epistemologicamente, a assunção de conceitos transcendentais, os quais não farão parte da tentativa de compreensão cartográfica da trama da realidade que aqui proponho.

O devir do sujeito se dá a partir de um corpo localizado e datado, e os agenciamentos que esse sujeito produz provêm do campo do desejo, onde há linhas de fuga criadoras. Trata-se de uma construção que se dá nas dobras das relações de força dos dispositivos de poder e que possibilita a constituição de territórios existenciais. A interlocução e a possível relação de complementariedade entre o pensamento de Deleuze e Guattari e de Foucault podem nos conduzir para o entendimento dos dispositivos de poder como constituintes e não apenas como elementos normalizantes, visto que os processos de subjetivação se dão nos embates e nas múltiplas faces do poder.

O conceito de agenciamento se mostra relevante neste percurso na medida em que se contrapõe epistemologicamente ao modo de pensar de uma tradição inaugurada pelo humanismo moderno. A partir desse olhar opositivo à tradição, a noção de agência destitui a ideia dominante de uma natureza apriorística, o que vai redundar na negação de uma ciência neutra e desinteressada, na crítica desse postulado e na desqualificação de possíveis valores universais que pudessem ser extraídos do conhecimento científico pautado na assunção de objetos ou sujeitos ideais.

Por trás da suposição do humano imutável ou natural, reside uma concepção da realidade que opõe natureza a cultura ou que atribui àquela a verdade sobre todos os estados de coisas. Mas é preciso falar de transitoriedades e negar quaisquer resquícios deterministas, tanto da natureza quanto da cultura sobre os sujeitos. Em todos os locais cronotopicamente assumidos, há jogos de forças, não totalmente explícitas, que atuam de modo microfísico, atualizando-se por meio de agenciamentos vários, nas formas de vida cotidianas. Como explica Foucault (1988), o poder não é apenas repressivo e proibitivo, porque, se assim o fosse, a sua negação por parte dos sujeitos seria mais facilmente gerenciável. Temos a

tendência de só reconhecer o poder sob a forma negativa e desencarnada da interdição, e de reduzir os dispositivos da dominação a esse procedimento exclusivamente. Aceitamos facilmente a concepção jurídica de poder por uma “razão geral e tática que parece se impor por si mesma: é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (FOUCAULT, 1988, p. 83). Para entender essa dinâmica, o filósofo nos convida a tentar desembaraçar-nos dessa representação jurídica e negativa de poder, e renunciar ao modo de pensá-lo em termos de lei, de interdição, de liberdade e de soberania (FOUCAULT, 1988).

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1988, p. 88-89).

Segundo Judith Butler, as restrições são ambivalentes (onde há poder, ali também há resistência – para retomarmos Foucault), pois, ao mesmo tempo em que encarceram as subjetividades, também atuam como facilitadoras para sua constituição e para criação de espaços de resistência no campo do psiquismo. Para a autora,

[...] o poder social produz modos de reflexividade ao mesmo tempo que limita as formas de socialidade [...]. Na medida em que as normas operam como fenômenos psíquicos, restringindo e produzindo o desejo, elas também regem a formação do sujeito e circunscrevem o campo de uma socialidade habitável. A operação psíquica da norma oferece uma via mais insidiosa para o poder regulatório do que a coerção explícita (BUTLER, 2020, p. 30).

As correlações de poder não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, presentes em toda a rede de poder. A esse respeito, o que existe são resistências, no plural. É no campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder, de tal modo que seja possível questionar quais são as suas relações mais imediatas, mais locais, que estão em jogo e que tornam possíveis determinados tipos de discursos, os quais, por sua vez, também servem de suporte para essas mesmas relações.

Percebe-se que Butler retoma Foucault para prosseguir em um debate que ela considera não muito desenvolvido por ele, qual seja, o da vida psíquica do poder⁵. A autora parece dar vários passos em direção a uma perspectiva rizomática da subjetividade, de modo a considerar semiotizações de diversas possibilidades de inconsciente, que se estratificam e que rompem com modos mais individuados de se constituir psicicamente. Nesse sentido, o poder estaria diluído, não condensado e uniformizado nos agenciamentos. Cada sujeito poderia ser, nessa perspectiva, agente de intervenção nesses fluxos a partir de forças ativas oriundas de processos de resistência. Não apenas reagiríamos de maneira passiva ao que nos acontece; mas teríamos agência sobre o devir – o que difere radicalmente do pensamento humanista clássico, segundo o qual os sujeitos estariam prontos diante daquilo que lhes acontece e totalmente subjugados pelas instituições e outras formas de atravessamento de poderes. Sobre isso, explica Foucault:

As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor [...] (FOUCAULT, 1988, p. 90).

Seguindo-se essa lógica, é necessário assumir também a não primazia do sujeito sobre os processos: para dessubjetivizar a história, não se pode imputar ao sujeito toda a responsabilidade sobre a ação. Outras formas de existência compõem o tecido social, por isso os sujeitos não possuem os processos; há efeitos de poder nessa composição, há atravessamentos, vínculos e rupturas.

O uso que se fez da Psicanálise, em modos que, por vezes, ainda reverberam, consentiu com uma normatividade psíquica pautada em versões do Simbólico que flertam com ideais de universalidade. Fazer essa crítica é imprescindível para romper com a concepção de um inconsciente alicerçado em noções de tons universais, fundado a partir de uma compreensão estruturalista da existência. De acordo com Butler (2021), o reconhecimento do Simbólico como inteligibilidade cultural, em sua forma presente e hegemônica, consolida efetivamente o poder de fantasias calcadas em injunções de tornar-se

⁵ Conforme desenvolveu Marinho (2020) em sua tese, Butler dialoga com os conceitos foucaultianos e os redimensiona a partir de uma leitura própria e atualizada da governamentalidade neoliberal contemporânea.

sexuado em modos prescritos, bem como ratifica o poder dos diversos dramas decorrentes dos fracassos de identificação.

Por isso, situo esta discussão em uma psicanálise mais rizomática, para se contrapor àquela psicanálise que não dá conta dos movimentos de poder-saber, qual seja, a psicanálise que

[...] não somente em sua teoria, mas em sua prática de cálculo e de tratamento [...], submete o inconsciente a estruturas arborescentes, a grafismos hierárquicos, a memórias recapituladoras, órgãos centrais, falo, árvore-falo. A Psicanálise não pode mudar de método a este respeito: sobre uma concepção ditatorial do inconsciente ela funda seu próprio poder ditatorial (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 27).

Para os autores, é preciso tratar o inconsciente como um sistema não centrado, como uma rede maquínica de autômatos finitos (rizoma), a fim de que se atinja um estado inteiramente diferente do inconsciente. Em tempo: o conceito de inconsciente é caro à análise cartográfica que aqui se propõe, porque a sua assunção permite pensar atravessamentos na constituição subjetiva não passíveis de explicação a partir de uma análise restrita ao materialismo histórico. Ou seja, como deslegitimar o presente sem considerar que, por mais que deslocamentos tenham sido efetivados na história e no corpo social, ainda há remanescências psíquicas repetitivas e, ao mesmo tempo, novas, nos modos de ser e estar no mundo? Onde poderíamos localizar isso que se repete, mas é novo? Em um inconsciente coletivo? Em uma ancestralidade discursiva? Não se trata, portanto, de invalidar a noção de inconsciente; pelo contrário: faz-se importante mapeá-lo como possibilidade criadora e agente, embora atravessada por outros elementos que não só os do passado, mas também pelas criações constantes.

Segundo Butler (apud MEISSNER, 2017), a teoria da performatividade, considerada nesses termos de agenciamentos (im)possíveis, colabora para uma tentativa de compreensão acerca da maneira como o que vem de fora age sobre nós, nos aborda, nos leva para fora, nos provoca, e de como o que chamamos de nossa “performance” ou nosso “fazer” já supõe sempre, de certa forma, uma resposta ao que precede e permite nossa ação.

Acerca da repetição, gostaria de localizar essa discussão no bojo da noção de regularidade discursiva e suas implicações, posicionando-a em um desenho cartográfico que possibilite situar as subjetividades como constituídas por formações discursivas situadas em determinados regimes de verdade e saber. Intento, pois, estabelecer um caminho por meio do qual possamos pensar o sofrimento psíquico/corpóreo do gênero feminino como parte de um

processo de regularidades discursivas que atravessam os sujeitos, estes que resistem a seu modo e dentro de suas possibilidades. Além disso, pretendo instigar a desconstrução da concepção de histeria, com vistas a promover uma apropriação do termo pela ótica da resistência e subversão.

As histerias contemporâneas e as subjetividades corpóreas

Para as finalidades do estudo sobre o qual venho me debruçando, entendo os sintomas histéricos⁶ como todas aquelas manifestações corpóreas que não podem ser apreendidas pelo discurso científico legitimado pela medicina – ou seja, aquelas manifestações que não possuem um fator patognomônico correspondente – e que ocorrem predominantemente em mulheres. Nos dias atuais, um exemplo desse acontecimento nomeado como uma patologia seria a Fibromialgia ou as dores crônicas em geral sem causa fisiológica/orgânica que possa ser identificada pelo saber médico.

Neste capítulo, pretendo delinear um percurso que passe muito brevemente pela contextualização da histeria em alguns recortes do tempo histórico e que encontre um ponto de reflexão para os processos de produção de subjetividade em mulheres, cujos corpos foram histericizados, considerando-se os discursos que as atravessam e os dispositivos psíquicos que as constituem. Proponho essa espécie de contextualização para fins de progressão textual, visto que não constitui o foco deste escrito essa retomada de acontecimentos, nem a pesquisa de cunho histórico.

Na Antiguidade, a histeria era considerada uma espécie de “sufocamento do útero”, que acometia as mulheres que não engravidavam ou que “abusavam dos prazeres carnis” (ROUDINESCO, 1989, p. 39). Procedendo a um salto temporal necessário, passo para o século XIX, a fim de registrar que a Europa desse tempo estava assolada por uma epidemia de

⁶ “Os seguintes sintomas histéricos foram descritos por Freud em seus estudos: abulia, afasia, alucinação, amaurose, ambliopia, amnésia, analgesia, anestesia, angústia, anorexia, artralgia, asma, astasia, atetose, *attitudes passionelles*; câibras no pescoço, *Cephalagia adolescentium*, choro, contração de dedos das mãos e dos pés, contraturas, convulsões epileptóides, *délire ecnmésique*, delírios, depressão, desmaios, diplopia, dispnéia, distúrbio do andar, distúrbios auditivos, distúrbio da fala, distúrbio do olfato, distúrbio da visão, dor de cabeça, dores gástricas, ecnmésia, enxaqueca, eritema, espasmos, espasmos clônicos, espasmos histéricos, estrabismo, estupor, euforia, fadiga, sensação de frio, gagueira, constricção da garganta, hemianestesia, hiperalgesia, hiperestesia, *idées fixes*; insônia, macropsia, mutismo, nevralgia, nevralgia ovariana, palpitações, parafasia, paralisia, paramnésia, paresia, parestesia, *petit-mal*; pseudo-encefalite, pseudoperitonite, surdez, tiques, tontura, tremores, *tussis nervosa*, vômito, zoopsia” (FREUD, 1895, p. 341 apud SLOMPO; BERNARDINO, 2006, p. 270).

histeria, que era um dos diagnósticos, em mulheres, mais populares dessa época. Toda a estrutura familiar e social estava fundada sobre o papel da mulher. A “verdadeira” mulher era aquela a quem correspondiam os papéis de esposa e de mãe, a quem não deveria concernir o prazer sexual, mas apenas a reprodução. Segundo Morris (1991), alguns médicos consideravam que as mulheres “virgens” e as viúvas eram mais propensas à histeria e que se recuperariam de seus sintomas se encontrassem um marido.

A noção de verdade sobre a mulher se pautava em um discurso sobre uma dada natureza que teria efeitos sobre a cultura. Ou seja, trata-se de uma distinção clara e hierárquica entre o que é natural e o que é cultural, que opera toda uma série de movimentos de repressões e silenciamentos historicamente conhecidos.

Opostamente a esse viés, alinho-me a Butler (2021), para quem o ‘sexo’ é um efeito do ‘gênero’, de modo a me contrapor a qualquer generalidade ou atributo pré-discursivo que se possa vincular aos papéis sociais conferidos a mulheres e homens. Assim, essa desarticulação “[...] não aceita sua identificação simples e impede a associação simétrica e constante entre determinadas características chamadas femininas e as mulheres, e as chamadas masculinas e os homens, tornando o campo de investigação mais heterogêneo e nada binário” (PINTO, 2014, p. 176).

A interpretação de John L. Austin (1976) realizada por Butler (1997; 1999) conduziu à emergência teórica da noção de performatividade, a partir da qual a autora desconstrói enfoques feministas essencialistas e, para isso, argumenta que um dos efeitos dos atos de fala hegemônicos sobre os corpos é o de tomar sua existência um fundamento real incontestável do sujeito” (PINTO, 2014, p. 175). O que Butler define como performatividade decorre de sua compreensão de que “os atos pelos quais o gênero é constituído têm semelhanças com atos performativos que se dão no contexto teatral” (BUTLER, 2018, p. 4) e é indissociável da concepção de poder adotada em suas obras, visto que a dinâmica da existência encontra no poder uma via de mão dupla. Para a autora, “‘sujeição’ significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito” (BUTLER, 2020, p. 10). Diante dos imperativos sociais, “o sujeito está fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias já existentes”, ou seja, “busca o sinal de sua existência fora de si [...] – as categorias sociais significam simultaneamente subordinação e existência” (BUTLER, 2020, p. 29).

Nesse ponto, gostaria de avançar a discussão para a principal demanda da existência – o corpo. Como têm apontado algumas teorias neomaterialistas do discurso, esta materialidade indispensável tem sido deixada mormente em segundo plano nos estudos sobre subjetividade.

Intento aqui, portanto, tentar avançar um pouco a discussão sobre os sofrimentos gendrados sem afastar de cena o corpo que sofre. Assim, talvez seja “[...] preciso pensar como que historicamente tudo o que se junta ao corpo-carne forma com ele o que se entende como corpo-sujeito” (BRAGA; MENEGHEL, 2013, p. 90) e trabalhar com a possibilidade de um agenciamento em que se produza teoricamente a colagem de elementos de naturezas – no sentido das vicissitudes de que são compostos – distintas, de tal forma que “[...] não apenas o discurso [seja] tomado em sua materialidade, como também a matéria [...] tida em sua discursividade, ou seja, em sua agência na produção de efeitos” (CAMOZZATO, 2022, p. 8336). Entendo possível fazer dialogar, por essa perspectiva, os novos materialismos com a premissa butleriana de que o corpo biológico não pode ser conhecido fora do discurso cultural (DAVIS, 2009, p. 78), visto que não se busca “[...] para a materialidade do corpo uma verdade anterior e natural, biológica e a-histórica” (HARAWAY, 2009 [1985] apud CAMOZZATO, 2022, p. 8342).

Para Foucault (2019, p. 82), “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica”. Uma especificidade constituinte do biopoder é o pressuposto de que é necessário definir e redefinir o normal em contraposição a tudo aquilo que é considerado exceção à norma. No caso da feminilidade como construção discursiva de diversos imperativos, a performatividade do que é lido por feminino configura-se por uma reiteração que se dá no corpo: o corpo que cala, o corpo que se dociliza, que se recolhe e se contrai (consciente ou inconscientemente), o corpo que dói e o corpo que se medicaliza. Sinalizo aqui para a seguinte consideração, que parece decorrer de uma inferência pertinente da sentença anterior: o corpo é materialidade, o sintoma é materialidade, o fármaco é materialidade. Por consequência, “deveríamos falar de biopolítica para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos possam entrar no domínio de cálculos explícitos e o que transforma o saber-poder num agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 170).

O conceito de biopolítica é central para discutir as estratégias de intervenção da medicina, mais precisamente da psiquiatria, campo para o qual são destinados aqueles corpos cujas manifestações são disfuncionais para os tempos em que se circunscrevem, como é o caso dos sintomas psíquicos que podem ou não afetar o corpo. A proliferação de novos diagnósticos psiquiátricos na atualidade sinaliza para o uso de classificações do que se

considera patológico, de modo que comportamentos socialmente indesejados sejam redefinidos em termos médicos.

As fronteiras entre o normal e o patológico parecem ter-se tornado cada vez mais ambíguas, móveis e instáveis. A medicalização de condutas classificadas como anormais se estendeu a praticamente todos os domínios de nossa existência. Novos diagnósticos e novos transtornos surgem a cada dia, levando-nos a agrupar num mesmo espaço classificatório fenômenos tão diversos e heterogêneos como a esquizofrenia, a depressão, os transtornos de ansiedade e sono, as fobias e os mais variados e inimagináveis tipos de comportamento considerados indesejáveis (CAPONI, 2009, p. 530).

No caso da Fibromialgia, o tratamento se dá comumente pela via psiquiátrica, isso porque os sintomas de depressão, ansiedade, problemas do sono e a própria dor crônica acabam por reagir de alguma forma aos antidepressivos e ansiolíticos, embora estes não solucionem por completo as queixas das pacientes.

Há um corpo-sujeito que também é um corpo-enunciado na síndrome em questão. O corpo enuncia por meio dos sintomas, dentre os quais o mais preponderante é a dor, esta que é subjetiva – no sentido mais comum dessa subjetividade – e aparentemente invisível, embora às vezes o corpo, que é a matéria visível, denuncie o padecimento corpóreo em um traço ou outro que revela a fadiga, a dor persistente, a postura cansada, ou os membros que se paralisam. Como postulou Barad (2017, p. 15-16), faz-se necessário considerar a matéria, porquanto,

para se entender os mecanismos do poder, é crucial um entendimento da natureza do poder na sua total materialidade. Restringir a produtividade do poder, por exemplo, ao restrito domínio do “social” ou figurar a matéria meramente como um produto final, em vez de um fator ativo de futuras materializações, é subtrair da matéria a sua capacidade total. [...] De fato, há um conjunto de forças material-discursivas – inclusive as que são identificadas como “sociais”, “culturais”, “psíquicas”, “econômicas”, “naturais”, “físicas”, “biológicas”, “geopolíticas” e “geológicas” – que podem ser importantes para determinados processos (emaranhados) de materialização.

A suposição de que a histérica, que é um corpo-sujeito dissonante, atua em direção ao embate às regras de ordem, de conformidade, de obrigações familiares ou de normatividade política e social não se constitui exatamente como ato interpretativo novo em termos de uma epistemologia que caminhou para possibilitar a interlocução de campos como a Análise do Discurso, a Psicanálise, a Filosofia, a Antropologia e áreas afins (KEHL, 2016). No entanto, o que não parece estar muito em discussão são as novas roupagens da histeria, como modo de

subjetivação em nossos tempos, e as razões pelas quais os sofrimentos desse tipo ainda acometem predominantemente mulheres.

O sujeito considerado histérico, ou cujo corpo foi histericizado pelo discurso, “[...] é afetado por um corpo dilacerado pela linguagem, um corpo de palavras, um corpo que fala e, portanto, pode ser ouvido” (ORTIZ, 2023, p. 155, tradução própria). Ortiz (2023) também explica como “a concepção de corpo de Lacan nos aproxima da ideia de que anatomia não é destino, ao contrário do que pensava Freud, e isso muda o olhar sobre a mulher e as formas possíveis de se posicionar diante da feminilidade, do feminino” (ORTIZ, 2023, p. 156, tradução própria).

Articular a dor crônica aos laços sociais é uma das possibilidades de linhas futuras de investigação propostas por Ortiz nas considerações finais de seu trabalho. Entendo, nesse sentido, que pensar a mulher atravessada por formações discursivas em dado cronotopo é, de alguma forma, estabelecer essa articulação; embora seja necessário, nessa cartografia, destacar os papéis do corpo-sujeito que enuncia e de outras materialidades que atuam para a reconfiguração das subjetividades, como é o caso dos fármacos introduzidos no cotidiano para regular a materialidade corpórea ao atendimento das demandas de funcionalidade e produtividade neoliberais.

Mulher e sofrimento

Os médicos concordavam – e talvez muitos ainda concordem – com a hipótese de que as histerias encontravam um terreno fértil nas mulheres que não assentiam com seu destino preestabelecido. Há nuances de uma análise neomaterialista do discurso que podem ser postas em discussão nesse ponto. Um corpo que adocece é uma materialidade específica, e não parece produtora recorrer a uma abstração para cartografar o tema em questão.

Um corpo pode ser mais propenso a determinados sofrimentos físicos e psíquicos que outros por várias razões. Não é objetivo deste ensaio explicar predisposições fisiológicas, tampouco recusar sua existência. No entanto, o que realmente se constitui como salutar é que o *acontecimento* de preponderância de casos de dores crônicas e adoecimentos mentais tem historicamente se dado em corpos identificados (por si próprios ou por outrem) como mulheres. O domínio do biológico não precisa ser negado, mas não se mostra suficiente para contornar o presente – exemplo dessa insuficiência epistemológica para o tema está na recorrente e exaustiva consideração de que sofrimentos que resultam em dores crônicas ainda

não puderam ser mapeados pela medicina desenvolvida até aqui. Como não há fatores patognomônicos para sofrimentos como a Fibromialgia, assim como não havia para a histeria no século XIX, outros campos de produção do conhecimento parecem ganhar espaço nessa investigação.

Estudos indicam (SLOMPO; BERNARDINO, 2006; GONZALEZ, 2020; ORTIZ, 2023), nas materialidades linguísticas que emergem de entrevistas realizadas com mulheres diagnosticadas com Fibromialgia, expressividade de discursos pautados em dispositivos que posicionam a mulher em um lugar de abnegação – o *outro* da intersubjetividade parece se localizar sempre em destaque em relação ao *si mesma*. As recorrências desses modos de ser/dizer-se sugerem uma discursivização da existência a partir do silenciamento, do descontentamento e da insatisfação perante a realidade.

Maria Rita Kehl (2016) menciona a alienação subjetiva como uma forma de alienação feminina em que as mulheres aceitariam a posição do “outro do discurso” e renunciariam a falar por si próprias. Essa renúncia fez com que, no século XIX, elas deixassem de participar do que Freud chamou de tarefas da cultura, tornando-se socialmente invisíveis. Talvez seja necessário aqui problematizar a escolha dos verbos, que aqui retomei, feitos pela autora: *aceitar* e *renunciar* denotam certa agentividade, porém é sobretudo a ambivalência do poder para o que estou tentando me atentar neste esboço cartográfico. Que lugares sociais podiam ser ocupados pelas mulheres naquele século e quais lugares elas podem ocupar hoje? Quais formas de resistência são possíveis dentro das dinâmicas de poder?

Das pesquisas realizadas sobre o que se tem aceito chamar de histerias contemporâneas, como é o caso da Fibromialgia, emergem regularidades discursivas, que denotam, na disputa pelos sentidos engendrada nos jogos de poder, a existência de alguns dispositivos mais vinculados à existência feminina ainda nos dias de hoje, fortemente enraizados nas diversas formas de cuidado atribuídas às mulheres, que relegam o seu próprio bem-estar para conceder um lugar privilegiado à satisfação do outro. O que pretendo tentar contornar sobre essa problemática é que não é sem recusa que as posições de feminilidade são tomadas. Na subjetividade-corpórea (BRAGA; MENEGHEL, 2013), em que corpo e psique não podem ser pensados separadamente, as formas de resistência podem manifestar-se em um corpo que sintomaticamente enuncia – há uma recusa do corpo em ocupar certos espaços, atender a determinados aspectos da feminilidade compulsória e expectativas sociais. Trata-se de um corpo que tem agência sobre a psique e por esta é também afetado. Além disso, parece tratar-se também de um corpo que tem agência sobre as próprias formações discursivas em que se insere e, paradoxalmente, em relação às quais se contrapõe.

Esse é o espaço que se ganha nas lacunas não preenchidas pela medicina socialmente legitimada. Mas há também espaços que podem ser criados ainda quando a ciência universalista se propõe a tudo responder. Insurgente a isso, alinho-me à proposta teórica de agenciamentos, na medida em que reconheço, a partir dessa perspectiva, a inexistência de uma natureza pré-discursiva, mas entendo a realidade como aquilo que a todo momento está a produzir-se. As partes que a compõem também participam dessa produção e nela são produzidas, como é o caso dos humanos, os quais, presentes nessa engrenagem, são atravessados por elementos a partir dos quais se constituem e, como tais, alteram essas partes de que são constituídos e as quais constituem.

A ilusão de um plano pretensiosamente superior ao plano da natureza, das forças, das formações sociais, dos coletivos é o fundamento de uma subjetividade neutra, de um ideal de universalidade dos valores humanos. A destituição dessa instância da primeira vontade, no sentido adâmico, é o passo decisivo para o rompimento com o estruturalismo das formas de conhecimento – e é aqui que as Psicanálises freudiana e lacaniana podem operar como fundamentalismo fálico. A despeito de ter dado voz às mulheres de sua época, Freud insistiu em explicações obstinadas a partir de uma lógica de definição do feminino pela falta.

Butler se posiciona criticamente em relação ao estruturalismo de Lévi-Strauss, à centralidade do complexo de Édipo freudiano e à Psicanálise de Jacques Lacan (MARINHO, 2020). A autora defende a possibilidade de diferentes psicanálises a partir de outra concepção do Simbólico (RODRIGUES, 2020 apud MARINHO, 2020) – perspectiva que este ensaio pretende corroborar ao desconstruir a noção de histeria como um sofrimento, supostamente e estruturalmente, estabelecido a despeito dos regimes de poder e de verdade de uma dada cultura. Em outros termos, faz-se necessário pensar uma psicanálise que se interroga

[...] em que medida a teoria da subjetivação e sexuação inconsciente determinada pela constelação representacional fálico-edípica pode ser considerada como um postulado universal ou se configuraria uma teoria de uma forma de subjetivação produzida numa determinada cultura (NERI, 2003, p. 24).

A partir do “[...] estatuto oferecido à materialidade do corpo em um regime subjetivo que se quer não dualista, ou seja, um regime subjetivo em que uma série de barreiras ontológicas foram suspensas” (BUTTURI JUNIOR, CAMOZZATO, 2023, p. 87), gostaria de iniciar aqui a problematização acerca da medicalização como tecnologia para silenciar e/ou produzir novas subjetividades. Como advertiram Butturi Junior e Camozzato (2023, p. 87), ao se suspender tais barreiras, “[...] faz-se premente uma nova responsabilidade: se com a

transformação das tecnologias, deu-se a transformação da materialidade do corpo, também a ‘natureza’ – aqui pensada não como o paraíso idílico a se retornar, mas algo sempre em vias de fazer-se – transformou-se em sua contingência histórica”.

A sintomatologia dita histérica “[...] aparece como um idioma que expressa dimensões pessoais e sociais, dando visibilidade a dramas relacionais e sociais em que questões de uma configuração hierárquica de gênero vêm à tona [...]” (TORNQUIST; MALUF, 2010, p. 442), mas o corpo, ao ser medicalizado, “[...] domesticado pelas drogas (em que pesem ser medicamentosas), perde essa visibilidade social, tirando de cena não só um dos atores mais destacados, mas o próprio drama social” (SILVEIRA, 2000, p. 90 apud TORNQUIST; MALUF, 2010, p. 442).

O corpo transformado em alvo privilegiado de saber e de intervenções corretivas (CAPONI, 2009) foi abordado por Foucault a partir das suas discussões sobre biopoder e biopolítica.

Assim, para Foucault, o fato determinante para a construção das sociedades modernas é esse processo pelo qual a vida, isto é a vida nua, a vida natural que compartilhamos com os animais, passa a ser investida por cálculos explícitos e por estratégias de poder. Esse é o momento em que o biológico ingressa como elemento privilegiado no registro da política (CAPONI, 2009, p. 533).

No caso do corpo das mulheres, escopo sobre o qual tento me deter mais neste texto, estudos antropológicos têm denunciado a importante relação entre gênero e prescrição de antidepressivos, de tal modo que a receita médica de psicotrópicos (especialmente antidepressivos e ansiolíticos) para mulheres é mais frequente do que para homens (DIEHL; MANZINI; BECKER, 2010). Trata-se de fármacos que são agenciados de forma a modificar o cenário discursivo da loucura, substituindo a camisa-de-força e os tratamentos de choque por uma espécie de redoma medicamentosa (ROUDINESCO, 2000 apud DIEHL; MANZINI; BECKER, 2010).

Além da modificação dessa paisagem, a medicalização também tem atuado para um provável apagamento de desajuste em relação à condição feminina, ou de anseios incompatíveis com as prescrições regulatórias de conduta – leia-se por conduta uma performatividade de produtividade, serviência e utilidade. Com o adormecimento dos sintomas, cala-se o discurso que se fazia existir através do corpo.

Este percurso reflexivo que aqui se ensaia não poderia deixar de corroborar, a esta altura, uma proposição feita por Maria Rita Kehl, em suas elaborações sobre os deslocamentos do feminino, segundo a qual “hoje, uma leitura pós-freudiana poderia

interpretar as indagações feitas pelas primeiras analisandas da história da Psicanálise como uma tentativa de saber não apenas ‘o que é ser mulher’, mas também, e principalmente, *o que um sujeito pode-se tornar, sendo (também) mulher?*” (KEHL, 2016, p. 25).

Tendo em vista esse questionamento, passo agora às reflexões que possibilitem a abertura de novos campos de produções discursivas em que tenham lugar diferentes formas de existir no mundo, considerando-se a corporalidade como não apartada do psiquismo, e a materialidade como aquilo que estabelece inextrincável agenciamento com a linguagem (CAMOZZATO, 2022).

O feminino em devir: agenciamentos possíveis (do material ao imaterial)

De acordo com Kehl (2016, p. 11), embora Freud tenha afirmado que ninguém nasce homem ou mulher, “[...] o conjunto de suas investigações sobre a sexualidade não escapa das tentativas científicas de estabelecer a natureza das sexualidades masculina e feminina e, a partir dela, encontrar a verdadeira essência da masculinidade e feminilidade”. Uma série de injunções discursivas são, a todo tempo, interpostas aos sujeitos em seus processos constitutivos de existência corpórea e psíquica, as quais podem dizer respeito desde às representações inconscientes dos pais sobre seus filhos, até aos atravessamentos discursivos de outras gerações que nos interpelam.

É o ponto de vista da teoria rizomática, que compreende a realidade como uma trama sem raiz fundante e sem um ponto central, que tornará possível a proposição de produção contínua de novos arranjos discursivos em que se estabelecem as subjetividades. Considerando-se a agentividade dos sujeitos, em respeito às tentativas de deslocamento e ruptura necessárias à construção de novas inteligibilidades sobre o feminino, questiono: quais são as potencialidades dos processos de subjetivação no âmbito da construção de resistência ao poder? Se o sujeito é efeito/produto dos tensionamentos das relações de poder, *como* se caracterizam essas relações entre o que se entende por submissão e o que se pode considerar um aspecto de agentividade? Quais as implicações da dimensão do inconsciente nesses movimentos subjetivos? Entender a feminilidade como um dispositivo, ou seja, como “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2019, p. 367), parece constituir um caminho teórico possível.

A feminilidade como norma ou demanda que hoje se apresenta está implicada nos regimes da sexualidade circulantes. Nessa seara, é importante considerar que “o pensamento

de Deleuze-Guattari / Foucault, por caminhos diferentes e singulares, assinalam, na contemporaneidade, uma ruptura definitiva com os pontos de vista universalizantes e metafísicos sobre o sujeito e o sexo” (NERI, 2003, p. 22).

Freud questiona como a menina passa da fase masculina (quando seu prazer está vinculado ao clitóris) para a feminina (quando seu prazer passa para o canal vaginal), à qual estaria *biologicamente* destinada (FREUD, 2016 [1856-1939]). A suposta maturidade feminina estaria relacionada a um desejo pela penetração, portanto. E o que dizer dos incontáveis relatos de mulheres que recusam o ato de deixar-se penetrar por ausência de prazer ou até mesmo por desconfortos de diversas ordens?⁷ Para Freud, essas seriam mulheres fálicas, masculinas, que não aceitam a feminilidade. E talvez disso mesmo se trate: uma recusa de uma dada feminilidade.

[...] até que ponto o homem Freud, filho de seu tempo, ateu-se somente às suas observações clínicas para postular que o feminino é uma formação oriunda do masculino? [...] Freud tenta construir a teoria do psiquismo alheio ao entorno social (embora não o negue), uma análise que para ele seria mais verdadeira e profunda do que aquela visível pela sociedade. Em sua visão, o social seria uma superfície que acobertaria verdades íntimas, inconfessáveis, como o desejo incestuoso. De certa forma poderíamos estar aí encontrando um sintoma político de Freud, uma visão de essência, que se revelou imutável ao longo do tempo (MOLINA, 2011, p. 58).

Não cabe a este ensaio defender percursos de causa-consequência, o que provavelmente estaria deslocado do modo de pensar as relações de poder não determinadas por processos hierárquicos. Por isso, não é relevante imputar à sexualidade a origem de todas as exigências da feminilidade a quem ocupa – ocupou ou virá a ocupar – essa posição de discurso; mas parece-me prudente o registro de que demandas de sexualidade estão implicadas em e implicam outras demandas de performatividade (BUTLER, 2021) de gênero em nossa sociedade.

Postulo que essas exigências devem ser entendidas, para as finalidades desta reflexão, como produzidas em relações de poder que se dão em nível macro, mas, sobretudo, nas microdemandas do cotidiano. A concepção de poder postulada por Foucault não se constitui como um “conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado”. Não se trata, tampouco, de um sistema de dominação exercida por um

⁷ Aqui me refiro ao vaginismo, a recusa do corpo com vagina à penetração (seja do pênis ou de objetos), que a medicina tem tratado como disfunção sexual feminina. Em tempo: um dos possíveis sintomas associados à Fibromialgia é a dor vaginal e a vulvodínea (MARTÍNEZ-LAVÍN, 2014).

elemento ou grupo sobre outro, cujos efeitos atravessariam o corpo social como um todo, mas de uma microfísica do poder, na medida em que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Em sua investigação sobre as relações de poder, múltiplas e móveis, Foucault propõe quatro regras, as quais não devem ser seguidas como imperativos metodológicos, conforme adverte o próprio autor, mas que podem ser observadas como prescrições de prudência. Uma delas, intitulada “regra das variações contínuas”, supõe que seja mais produtiva, para uma analítica do poder,

não procurar quem tem o poder na ordem da sexualidade [...] e quem é privado de poder [...]; nem quem tem o direito de saber, ou é mantido à força na ignorância. Mas, ao contrário, buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. (FOUCAULT, 1988, p. 94).

Trata-se aqui aparentemente de uma possibilidade de proposta analítica que se alinharia hoje ao que chamamos de neomaterialismo, visto que as proposições marxianas de investigação são transcendidas para abarcar as dinâmicas do poder que tornam os agenciamentos dos sujeitos possíveis – assim como quando uma psicanálise crítica de sua própria inserção no tempo e na história se ocupa de se distanciar de determinismos ou pressuposições de imanência. Dito de outro modo, existem formas de se modificar o jogo das relações de poder, seja pelo reforço de certos termos, enfraquecimento de outros, efeitos de resistência ou contra-investimentos (FOUCAULT, 1988). Essas modificações implicam, portanto, a inexistência de um estado de sujeição estável já dito, já dado. Para a Psicanálise, no caso, caberia o questionamento: que tipo de agência tem aquele que sofre em relação ao seu próprio sofrimento?

Considerações finais que não se encerram em si mesmas – ou “*Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas, continuarei a escrever*”

As grandes estratégias de poder se incrustam, como sinalizou Foucault (2019), de tal modo que suas condições de exercício se dão em microrrelações de poder. Não gratuitamente, portanto, os processos de subjetivação de mulheres na contemporaneidade apresentam elementos que se reiteram ao longo dos tempos, embora os cenários se modifiquem.

Na performatividade do gênero feminino, parece residir ainda uma dificuldade de deslocamento de uma posição de objeto de uma produção de saberes de grande consistência simbólica e imaginária (KEHL, 2016) para a posição de corpo-sujeito do próprio discurso. É nos engendramentos dos jogos de forças do poder que a vida psíquica vai se constituindo para se estabelecer em um lugar de vivência, sobrevivência ou experiência. Mas, antes de tudo isso, faz-se necessário encontrar um espaço para a existência.

As histéricas dos tempos freudianos procuraram um lugar onde pudessem se fazer ouvir em vez de permanecerem em situações nas quais suas subjetividades só poderiam ser vistas/ouvidas/percebidas por meio dos sintomas. Houve agência desses corpos, houve agência consciente e inconsciente na história – assim como ainda há. Por outro lado, fizeram-se ver também embates discursivos no tempo que relegaram subjetividades a determinadas contingências que as postularam como abjetas, contingências essas que se repetem a despeito de serem diferentes. Nessa trama, o sujeito-corpo sofre, mas também luta, resiste e produz.

Como fruto dessa produção, ou da sublimação da angústia, este texto termina com uma proposição que se pauta na consideração de que as histerias contemporâneas não têm sido ouvidas porque sua conotação negativa ainda percorre muitas formações discursivas. Assim como ocorreu com o termo “queer”, que passou de uma expressão vexatória, ofensiva e preconceituosa para um vocábulo de empoderamento e inscrição de uma identidade afirmativa da existência de grupos aos quais foi destinado o lugar da precariedade, proponho a inversão conotativa de “histeria”, “histérica” e “histéricas”. A partir de uma nova posição discursiva, que assume a interpretação clássica da histeria como uma hermenêutica em vias de desfazimento (ou refazimento), faço o convite para um novo olhar destinado aos sofrimentos gendrados. Os motivos pelos quais os corpos somatizam seus não-ditos ou já-ditos recusados importam e constituem, no limite, um movimento de resistência. Se ser histérica é não se conformar a uma performatividade de gênero compulsória, acrítica, destinada ao atendimento de demandas que não satisfazem os desejos dos corpos que clamam pela existência subjetiva, então sejamos todas histéricas⁸.

⁸ E que possamos criar campos de existência outros que não foram possíveis à Macabéa, personagem de “A hora da estrela”.

Referências

- AUSTIN, John L. **How to Do Things with Words**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Trad. Thereza Rocha. **Vazantes**, v. 1, n. 1, 2017.
- BRAGA, Sandro; FURLANETTO, Maria Marta. Análise do Discurso: o campo. In: BRAGA, S.; MORITZ, M. E. W.; REIS, M. S.; RAUEN, F. J. (Org.). **Ciências da linguagem: analisando o percurso, abrindo caminhos**. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 129-143.
- BRAGA, Sandro. MENEGHEL, Patrícia da Silva. Do corpo de todos nós ao corpo do (eu): efeitos de subjetividade na singularidade corpórea. **Redisco**, v. 2, n. 2, p. 88-100, 2013.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio Butturi; CAMOZZATO, Nathalia Müller. Prolegômenos a uma análise neomaterialista dos discursos. In: SEVERO, C. G.; BUZATO, M. E. K. (Org.). **Cosmopolítica e linguagem**. Araraquara, SP: Letraria, 2023, p. 76-96. [livro eletrônico]
- CAMOZZATO, Nathalia Muller. Biotecnovoz e gênero-dissonância: a voz e o discurso no realismo agencial. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 8335-8350, jul./set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2022.e91142>
- CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais, **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 529-549, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000200016>
- DAVIS, Noela. New Materialism and Feminism's Anti-Biologism: A Response to Sara Ahmed. **European Journal of Women's Studies**, n. 16, p. 67-79, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506808098535>
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DIEHL, Eliana; MANZINI, Fernanda; BECKER, Marina. “A minha melhor amiga se chama Fluoxetina”: consumo e percepções de antidepressivos entre usuários de um centro de atenção básica à saúde. In: MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. (Org.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 331-365.
- FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6**: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1856-1939].

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONZALEZ, Barbara Isabel Dinis. **Aspectos Psicológicos da Fibromialgia**: personalidade e história de vida. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade de Lisboa, 2013.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (Org.). **Antropologia do Ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2009, p 33-118.

MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana. Nervos e nervosas no contexto das aflições contemporâneas: entrevista com Maria Lucia da Silveira. In: MALUF, S. W.; TORNQUIST, C. S. (Org.). **Gênero, saúde e aflição**: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MARINHO, Cristiane. **Processos de subjetivação, governamentalidade neoliberal e resistência**: uma leitura a partir de Michel Foucault e Judith Butler. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Goiânia, 2020.

MARTÍNEZ-LAVÍN, Manuel. **Fibromialgia sem mistério**: um guia para pacientes, familiares e médicos. São Paulo: MG Editores, 2014.

MEISSNER, Hanna. La política como encuentro y responsabilidad: aprender a conversar con los otros enigmáticos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017.v25n2p935>

MOLINA, José Artur. **O que Freud dizia sobre as mulheres**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MORRIS, David B. **The Culture of Pain**. Berkeley: University of Berkeley Press, 1991.

NERI, Regina. Anti-Édipo / Psicanálise: um debate atual. **Ágora**, v. VI, n. 1, p. 21-43, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/wgnN6FY3TnvW4GV76VPPjFd/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 4 jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100002>

ORTIZ, Damaris Roure. **Subjetividades discursivas del dolor crónico femenino**: una aproximación psicoanalítica. Tese (Doutorado) - Universidad de Puerto Rico, Departamento de Psicología, Puerto Rico, 2023.

PINTO, Joana Plaza. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Org.) **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 171-190.

ROUDINESCO, Elizabeth. IV. O sexo, a mulher e a histeria. In: ROUDINESCO, E. **História da psicanálise na França**: a Batalha dos Cem Anos. Vol. 1: 1885-1939. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1989, p. 38-44.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **O nervo fala, o nervo cala**: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575416099>

SLOMPO, Thais Krukoski Marques e Silva; BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. Estudo comparativo entre o quadro clínico contemporâneo “fibromialgia” e o quadro clínico “histeria” descrito por Freud no século XIX. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. IX, n. 2, p. 263-278, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-47142006002006>

Recebido em: 26 de julho de 2023
Aceito em: 28 de dezembro de 2023